

AS NOVAS EXIGÊNCIAS DA REPRODUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PARA O AGRONEGÓCIO

The new requirements of reproduction of workforce qualification for agribusiness

JUNQUEIRA, Victor Hugo¹

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos²

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir como as transformações produtivas do capitalismo passaram a exigir novas funcionalidades e qualificações dos trabalhadores para atuar em atividades vinculadas ao agronegócio, analisando, especificamente, a expansão de cursos tecnológicos em agronegócio. Para tanto, adota-se como ponto de partida a caracterização do agronegócio como produto das transformações produtivas que atingiram o país, desde a década de 1990, para, amparado na formulação althusseriana da reprodução da qualificação da força de trabalho, avançar no exame das exigências dos setores mais representativos do capital para a formação dos trabalhadores que atendam às diferentes funções de execução e gestão das atividades ligadas ao agronegócio. A pesquisa adota como método o materialismo histórico e dialético e foi realizada por meio da leitura e análise bibliográfica e do exame de publicações governamentais e representações de classe ligadas ao agronegócio. Os resultados mostram a tentativa de preparar os trabalhadores polivalentes e flexíveis para realizar múltiplas tarefas de execução ou, simplesmente, estarem disponíveis a vender sua força de trabalho qualificada ao mercado.

Palavras-chave: Agronegócio; Acumulação flexível; Educação profissional.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss how the productive transformations of capitalism have demanded new features and skills of workers to work in activities related to agribusiness, analyzing specifically, the expansion of technological courses in agribusiness. Therefore, it takes as its starting point the characterization of agribusiness as a product of productive transformations that have hit the country since the 1990s, supported to the Althusserian formulation of reproduction of skilled labor force, advance the examination of the requirements of the sectors more representative of capital for the training of workers that meet the different functions of implementation and management of activities related to agribusiness. The research adopts the method the historical and dialectical materialism and was carried out through reading and literature review and survey of government publications and class representations linked to agribusiness. The results show the attempt to prepare comprehensive and flexible workers to perform multiple tasks for implementation or simply being available to sell their skilled workforce to the market.

Keywords: Agribusiness; Flexible accumulation; Professional education.

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP / Presidente Prudente). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC) da UFSCar. E-mail: <victorhugo.claretiano@gmail.com>.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Educação da UFSCar. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC) da UFSCar. E-mail: <cbezerra@ufscar.br>.

INTRODUÇÃO

O campo brasileiro, desde a década de 1990, tem passado por um intenso processo de transformação, marcado pelo aumento da produção, concentração de terras e internacionalização dos mercados. Essa nova fase de desenvolvimento do capitalismo no campo, denominada agronegócio, está materialmente ancorada nos processos de reestruturação produtiva do capital, que impuseram não apenas a necessidade de encurtar o tempo de reprodução dos capitais, como implicou alterações nas relações de trabalho, exigindo maior produtividade e submissão dos trabalhadores às demandas do capital.

Além disso, essas transformações causaram um profundo impacto nos processos educacionais, com a imposição de novas demandas pelo capital para a formação dos trabalhadores. Em geral, a racionalização da produção de base flexível multiplicou as formas de subsunção real do trabalho ao capital, exigindo um aumento da escolarização e da qualificação (diferenciada) de alguns trabalhadores, ao passo que tornou o desemprego uma condição estrutural da reprodução da sociedade.

Nas atividades ligadas diretamente ao campo, os impactos dessa reestruturação produtiva do capital na organização da produção, no controle do trabalho e na formação dos diferentes trabalhadores certamente merecem um conjunto de estudos mais aprofundados. Contudo, neste texto o objetivo é discutir como as transformações produtivas do capitalismo passaram a exigir novas funcionalidades e qualificações dos trabalhadores para atuar em atividades vinculadas ao agronegócio, analisando especificamente a expansão de cursos tecnológicos em agronegócio.

Nesse sentido, adotando como método o materialismo histórico e dialético, que parte do pressuposto de que a realidade existe independentemente da consciência sobre ela, o artigo caracteriza o agronegócio como produto das transformações produtivas que atingiram o país, desde a década de 1990, para, amparado na formulação althusseriana da reprodução da qualificação da força de trabalho, avançar no exame das exigências dos setores mais representativos do capital para a formação dos trabalhadores que atendam às diferentes funções de execução e gestão das atividades ligadas ao agronegócio.

O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

No Brasil, desde a década de 1990, os processos de reestruturação produtiva do capitalismo, combinados com a adoção de políticas neoliberais, representaram profundas alterações nas relações sociais de trabalho, no papel do Estado, na organização dos diferentes setores econômicos e nas relações políticas internacionais.

No campo, a aplicação da ciência, da tecnologia e da informação nos processos produtivos, combinada com a integração da agropecuária à indústria e ao setor de serviços, passou a ser propagandeada insistentemente como o agronegócio, ainda que a origem do termo remonte aos estudos de John Davis e Ray Goldberg, publicados em 1957 no livro *Concept of Agribusiness*, nos Estados Unidos, no qual definiam o *agribusiness* como

“a soma total das operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e dos itens derivados” (SOUZA, 2011, p.55).

Contudo, no Brasil, além dessa integração técnica da agropecuária à indústria e ao setor de serviços, a consolidação do agronegócio revestiu-se de uma particularidade: o forte aparato estatal que, a partir de 1999, passou a adotar como política macroestrutural as exportações de produtos primários como forma de amenizar os desequilíbrios causados na balança de pagamentos provocados pela abertura econômica e comercial (DELGADO, 2012).

A partir de 2003, com a valorização das *commodities* no mercado internacional, o Estado despendeu volumes cada vez maiores de recursos para financiar a expansão da agricultura capitalista. Apenas a título de exemplo, para a safra 2002/2003, foram disponibilizados 20,5 bilhões em crédito rural pelo governo federal para a agricultura capitalista, para a safra 2013/2014 os recursos foram na ordem de 136 bilhões de reais, o que representa um crescimento nominal de aproximadamente 560% (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, Delgado (2012, p.94) afirma que, na acepção brasileira do termo, o agronegócio é “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio do Estado”.

Essas condições contribuíram para o crescimento acentuado das exportações dos produtos do agronegócio e sucessivos *superávits* comerciais do setor, conforme pode ser observado na tabela a seguir (TABELA 1).

TABELA 1
Balança Comercial do agronegócio entre 1994 e 2014 (em bilhões de dólares)

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1994	19,105	5,678	13,427
1996	21,145	8,939	12,206
1998	21,555	8,045	13,511
2000	20,605	5,759	14,845
2002	24,846	4,452	20,394
2004	39,035	4,836	34,200
2006	49,471	6,699	42,772
2008	71,837	11,881	59,957
2010	76,442	13,399	63,043
2012	95,814	16,409	79,405
2014	96,748	16,614	80,134

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE / DPI / SRI / MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>>. Acesso em: 28 set. 2014. Org.: Victor Hugo Junqueira.

Os dados da área plantada e a produção de grãos entre 1980 e 2014 (Tabela 2) também auxiliam na caracterização das transformações no campo. Enquanto a área plantada permaneceu praticamente inalterada entre 1978 e 2000, entre 2000 e 2014 há um crescimento de quase 30 milhões de hectares, indicando a expansão territorial das fronteiras agrícolas pelo agronegócio. Já a produção de grãos foi crescente entre 1978 e 2012, mas entre 2000 e 2014, com a aprovação do uso de transgênicos,³ a produção mais que dobra, passando de 83.030 para 193.386 milhões de toneladas. Outra característica do desenvolvimento do agronegócio foi a influência dos princípios da racionalização do trabalho toyotista. Ainda que as relações de trabalho fordistas-tayloristas não tenham desaparecido, na medida em que o toyotismo:

[...] não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não predominantes do novo regime de acumulação flexível (ALVES, 2007, p.161).

TABELA 2
Área plantada e produção de grãos Brasil (1980 – 2014)

Anos	Área plantada Hectare (mil)	Produção Tonelada (mil)
1980	40.158	50.871
1984	38.021	52.431
1988	42.811	66.308
1992	38.492	68.400
1996	36.971	73.565
2000	37.824	83.030
2004	47.423	119.114
2008	47.411	144.137
2012	50.885	166.172
2014	66.988	193.386

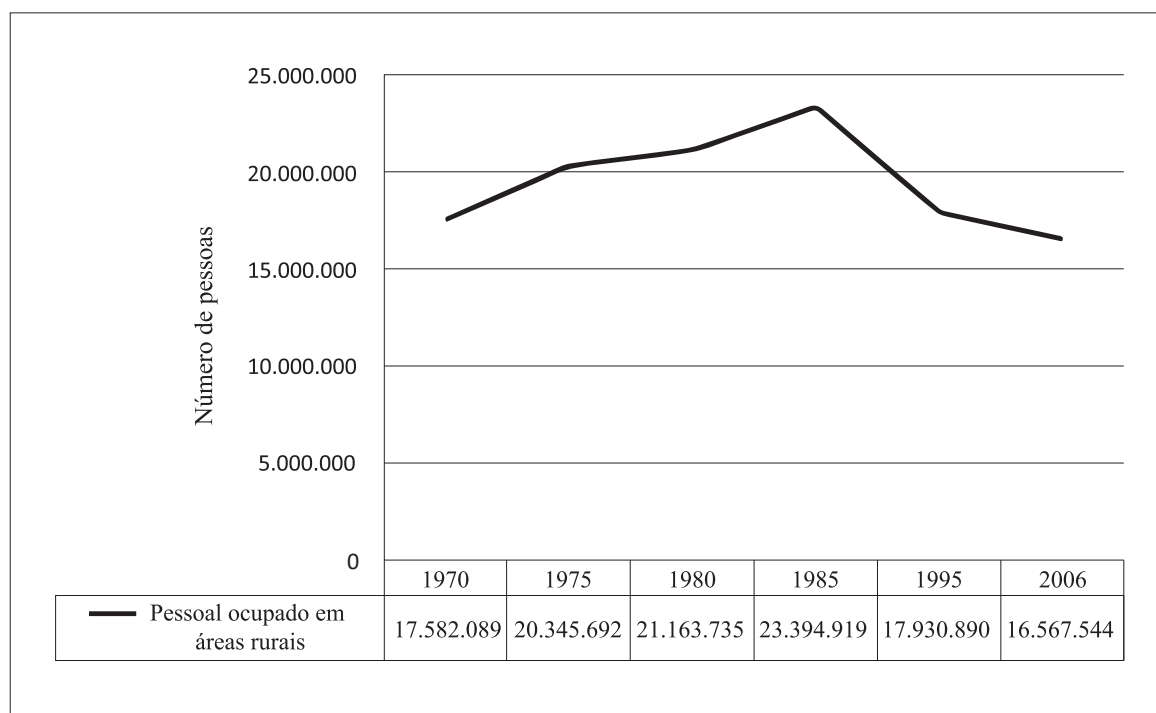
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, Indicadores Econômicos (Conab/IE). Disponível em: Ipeadata. Org. Victor Hugo Junqueira.

A articulação cada vez mais intensa entre os processos industriais, o setor de serviços e a agropecuária, a adoção dos princípios da produção diversificada e flexível, a integração vertical das diferentes etapas de produção passam a fazer parte da realidade do campo, o que provocou entre outras coisas a redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, conforme mostra os dados do GRÁFICO 1.

³ A liberação do uso de transgênicos ocorreu na safra de 2003, por meio da Lei n. 10.688, de 13 de junho de 2003.

GRÁFICO 1

População ocupada no campo (1970 – 2006)



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários. Séries Históricas. Org.: Victor Hugo Junqueira.

O gráfico evidencia assim o aprofundamento da tendência da substituição do capital variável por capital constante, no campo. Todavia, este não é o único impacto, na medida em que no capitalismo o trabalho aparece como “a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1996, p.303) e transforma-se em *meio* de reprodução do capital, ou seja, “no processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais-valia como fim” (MARX, 2004, p.68), ocorrendo uma multiplicação de formas de subsunção do trabalho ao capital.

Assim, ao mesmo tempo que no campo existe a presença de um conjunto de trabalhadores sem escolarização para a realização de trabalhos manuais e muitas vezes submetidos a condições análogas, a escravidão continua a ser importante para a prosperidade do agronegócio e, dialeticamente, se articulam no processo produtivo trabalhadores para os quais a escolarização e a formação técnica devem ser adequadas para operar máquinas e instrumentos tecnológicos, bem como para atuar na gestão e expansão do capital.

Sem desconsiderar a existência de uma diversidade de formas de exploração do trabalho e as condições perversas nas quais são submetidos os trabalhadores nas modernas fazendas do agronegócio, analisaremos quais as exigências do agronegócio para a qualificação tecnológica de trabalhadores para atuar nas atividades do setor.

A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E AS NOVAS DEMANDAS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES PELO AGRONEGÓCIO

Neste novo contexto de reprodução do capital no campo, importantes entidades e intelectuais ligados ao agronegócio passaram a defender a formação de um perfil profissional específico para atuar nas diferentes etapas de produção, armazenamento, certificação de produtos, *marketing* e comercialização dos produtos.

Para tanto, passaram a estimular pesquisas e a formação de um profissional que, além dos saberes e conhecimentos úteis a uma nova etapa de reprodução do capitalismo no campo, apresentasse em sua nomenclatura o termo agronegócio, associando-se as concepções e os valores intrínsecos a esta ideologia.

Isso porque o agronegócio, além de constituir uma base material, expressa uma ideologia, no sentido de representar as relações sociais de produção de uma fração de classe, com interferências materiais na realidade, na medida em que atua para persuadir a sociedade, universalizando os seus interesses particulares.

Essa definição de ideologia está apoiada nos escritos de Marx e Engels (2007) e de Althusser (2008), sendo este último autor uma referência importante para pensar o papel da educação no processo de reprodução da qualificação da força de trabalho e submissão à ideologia dominante. Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*,⁴ texto publicado em 1971 em uma revista francesa, o autor concebe o Estado como o conjunto dos Aparelhos repressores de Estado que funcionam predominantemente por meio da violência (física ou não) e dos Aparelhos Ideológicos de Estado⁵ que funcionam predominantemente pela ideologia.

Para o autor a função de cada um dos aparelhos ideológicos de Estado é, pelos meios que lhes são próprios, a reprodução das relações de produção capitalista, ou seja, a reprodução da força de trabalho necessária à exploração da mais-valia.

Além disso, Althusser (2008) identifica o papel da Escola como selecionadora de sujeitos para ocupar diferentes funções na divisão social e técnica do trabalho, constituindo, assim, um eficiente instrumento tanto para a reprodução da qualificação da força de trabalho, como para a sujeição dos trabalhadores à ideologia dominante.

Nesse sentido, Althusser (2008) chamava a atenção para o fato de que no processo de reprodução do capitalismo não bastava apenas garantir a reprodução da força de trabalho por meio das condições materiais (salário), mas era fundamental a reprodução da qualificação da força de trabalho. Nas palavras do autor:

Dissemos que a força de trabalho disponível deveria ser “ompetente”, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção: nos postos de trabalho e nas formas de cooperação definidas. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas em determinado momento

⁴O texto *Aparelhos Ideológicos de Estado* é apenas uma parte da obra *Sobre a reprodução*, publicado em 1995 na França e em 1999 no Brasil.

⁵Saviani (2008) tece críticas à teoria althusseriana “da escola enquanto aparelho ideológico de Estado” por apresentar uma visão crítico-reprodutivista da sociedade. Por não ser o objetivo deste artigo, não adentraremos nesse debate para o qual os trabalhos de Saviani (2007, 2008) e Cassin (2002) constituem referenciais teóricos importantes. A utilização do referencial althusseriano neste artigo limita-se ao conceito de reprodução da qualificação da força de trabalho.

produzem o seguinte resultado: a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada. Diversamente, segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, em seus diferentes “postos” e “empregos” (ALTHUSSER, 2008, p.74).

A educação não cumpre, assim, apenas a função de submeter os sujeitos à ideologia dominante, mas também preparar os trabalhadores para ocupar diferentes postos na estrutura do capital, sejam eles nas tarefas de explorados, exploradores, ou ainda auxiliares de exploração ou difusores da ideologia dominante (ALTHUSSER, 2008). Por isso,

[...] a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução de qualificação, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras do respeito à ordem estabelecida, isto é, por parte dos operários, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante, e por parte dos agentes da exploração e da repressão, uma reprodução de sua capacidade para manipular bem a ideologia dominante, a fim de que garantam “pela palavra” a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 2008, p.76).

A tese de Lombardi (2010) sobre educação, a partir dos escritos de Marx e Engels, também conflui para o entendimento de que

numa sociedade com classes e frações de classes diferenciadas, também a educação era (é) adequada a essa estrutura e organização econômica e social, com tantas e quantas educações quantas as classes e frações de classes a que se destinam (LOMBARDI, 2010, p. 266).

Esses estudos explicitam que a educação em nenhum momento se desvincula das relações sociais de produção. Na sociedade capitalista, marcada pela divisão da sociedade em classes sociais, o trabalho, como meio de valorização do capital, não poderia produzir outro resultado senão de diferenciação na formação dos trabalhadores para atender aos diferentes setores da economia em seus diferentes momentos históricos.

Para o agronegócio, uma das exigências no contexto de expansão e internacionalização do setor é a formação de profissionais flexíveis e com competências para atuar na gestão, no crescimento e na viabilização de soluções para as múltiplas atividades comerciais ligadas à cadeia produtiva.

Nesse aspecto, a conclusão da pesquisa de mestrado de Mônica Bergamaschi,⁶ defendida no Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos e publicada em 2000 no livro *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*, afirmava que a universidade não estava formando os profissionais que o mercado de trabalho do agronegócio exige (BATALHA, 2000).

Os estudos realizados por Bergamaschi ocorreram no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) vinculado ao Departamento de Engenharia da Produção da UFSCar com a participação da ABAG e da EMBRAPA. Desde o final da década de 1990, o grupo desenvolve pesquisas com o objetivo de identificar as características necessárias aos profissionais que atuam no agronegócio.

⁶ Engenheira agrônoma, entre 2001 e 2011 foi diretora-executiva da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP). Em 2011 assumiu a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA).

Em 1998 os pesquisadores vinculados ao grupo apresentaram os resultados parciais de uma pesquisa realizada com 32 empresas do setor agroindustrial e com universidades para estabelecer a relação entre as características dos cursos voltados para o agronegócio e as demandas das empresas. Nela chamavam a atenção para o fato de ter aumentado a demanda por profissionais em agronegócio naquela década. E, paralelamente a isso, as transformações na economia mundial exigiram das empresas “um alto grau de flexibilidade e competência produtiva, resultando, necessariamente, em crescentes demandas por competitividade” (BORRÁS; CORRÊA; BATALHA, 1998, p.6).

Nesse cenário de competitividade para as empresas ligadas ao agronegócio, defendia-se a formação de profissionais com competências gerenciais capazes de conduzir grupos de indivíduos na busca de maior competência produtiva, além disso, dadas as especificidades da produção agroindustrial, não deixavam de serem necessários conhecimentos técnico-produtivos.

Recomendavam os autores:

É por isso que as instituições de formação de recursos humanos para o *agribusiness* brasileiro necessitam prover o mercado de profissionais cada vez mais capazes de aliar qualidades pessoais (subjetivas) com qualidades técnicas (objetivas), tornando-se profissionais flexíveis e polivalentes, como o próprio setor agroindustrial (BORRÁS; CORRÊA; BATALHA, 1998, p.6).

A dissertação de Bergamaschi (2000) realizou um aprofundamento dessa pesquisa e concluiu que empresas ligadas ao agronegócio precisavam de profissionais com formação diferente daquelas oferecidas pelas universidades. Segundo ela, “as escolas focam sua grade curricular em tecnologias da produção, com sólida formação acadêmica, mas o mercado de trabalho quer e precisa de outro protagonista” (ABAG/RP, 2002, p.3).

A autora entrevistou 404 empresas para identificar o que o mercado espera do profissional para ocupar um cargo de média gerência – superintendentes, diretores-executivos e gerentes administrativos – e constatou que “os empregadores estão atrás de pessoas ousadas, com iniciativa, sem vícios nem bloqueios e dispostos a assimilar a cultura da empresa que vai contratá-lo”.

Essa afirmação vai ao encontro da análise de Kuenzer (2008, p.493), quando escreve que, com as exigências de flexibilidade da força de trabalho,

[...] importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez.

De modo geral, as exigências de qualificação profissional dos trabalhadores pelos representantes do agronegócio estão diretamente vinculadas às demandas do processo de acumulação flexível que, segundo Alves (2007), passaram a atuar na captura da subjetividade do trabalho pelo capital, para a qual os processos de qualificação devem articular habilidades cognitivas e habilidades comportamentais. Portanto, em nada se diferem das demandas do setor industrial ou comercial, indicando a presença do regime de acumulação flexível no campo brasileiro.

Ramos (2007-2008, p.548), ao examinar as mudanças na formação dos trabalhadores no regime de acumulação flexível, mostra que, “para a força de trabalho, competências flexíveis genéricas são mais necessárias do que as específicas, para que a adaptação aos arranjos produtivos possa ser ágil”. Contudo, completa a autora,

Tais competências podem ser desenvolvidas no ensino médio, que, aliás, tem por finalidade exatamente o desenvolvimento de competências cognitivas e comportamentais. No âmbito dos tecnólogos, por se posicionarem em ocupações de maior complexidade, a flexibilidade adviria também de um conhecimento específico, de base científico-tecnológica, porém, nos limites das finalidades aplicadas e práticas da ciência (RAMOS, 2007, p.548).

Nesse sentido, para o agronegócio:

O perfil profissional considerado “ideal” é aquele que concentra no indivíduo: características pessoais e de relacionamento interpessoal, habilidades comunicativas, inclusive em outros idiomas, competência gerencial, visão abrangente das cadeias de produção e do agronegócio, qualificações técnicas, sintonia com as especificidades do setor, flexibilidade e polivalência (ABAG/RP, 2002, p.2).

A dissertação de Bergamaschi aponta ainda que o

ideal é a escola ensinar o que o mercado de trabalho precisa. Atualmente, o aluno se forma, mas não está apto para se enquadrar na atividade. Como consequência, terá de investir em pelo menos mais um ano de especialização para alcançar o que se espera dele (ABAG/RP, 2002, p.3).

Em 2005, coordenado pelo professor Mário Batalha, o GEPAI/UFSCar atualizou os dados obtidos na pesquisa de Bergamaschi, publicando-os no livro *Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional* (2005). Os resultados foram apresentados e comemorados no Informativo Agronegócio⁷ n.51, de junho de 2005, no qual segundo a ABAG/RP:

A análise comparativa entre os dois trabalhos mostra uma evolução positiva. A oferta de cursos de graduação em agronegócio aumentou em 2.400%, no período de cinco anos, passando de 4 para 100. Além disso, cursos específicos ligados à área de engenharia de alimentos, meio ambiente e administração incorporaram disciplinas voltadas especificamente para o setor, ajustando, em parte, a oferta e a demanda (ABAG/RP, 2005, p.1).

Utilizando a mesma metodologia de entrevistas às empresas do setor, a pesquisa mostrou que:

as habilidades e os conhecimentos considerados como mais importantes pelas empresas enquadram-se nos tópicos de “Qualidades Pessoais” e de “Comunicação e Expressão”. Verifica-se assim que, nos dias atuais, as empresas esperam de um profissional mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior, elas esperam que seus funcionários sejam pró-ativos e participem intensamente do cotidiano da empresa, não só na solução de problemas, mas também na visualização de novas oportunidades de negócio. Para tanto, são muito importantes os conhecimentos e as habilidades pessoais como

⁷ O Informativo AgroNegócio é um informativo mensal publicado pela Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP).

flexibilidade, iniciativa, capacidade de tomada de decisão, negociação, trabalho em grupo, relação interpessoal e alto padrão ético, além dos relativos a capacidade de expressão e interação/relacionamento com outros profissionais (BATALHA *et al.*, 2005, p.46).

Para a ABAG/RP, as conclusões dessa pesquisa mostram que as empresas requerem dos profissionais “mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior. Estas podem ser adquiridas durante o período de integração e adaptação, na cultura da própria empresa” (ABAG/RP, 2005, p.1).

Essas exigências de qualificação, obviamente, não se restringem aos cursos superiores, mas se difundem por todos os níveis de escolaridade, desde a educação básica. A edição de n.11, de outubro de 2001, do Informativo AgroNegócio trouxe como título de uma de suas matérias a frase “No futuro desses jovens, o Agronegócio” a partir do qual expunha que, nas “agroindústrias da região de Ribeirão Preto, trabalham profissionais de 36 carreiras de nível universitário. Esse mundo de oportunidades abertas pelo agronegócio começa a ser descoberto por estudantes de escolas públicas” (ABAG/RP, 2001, p.2).

Em outros momentos a preocupação é com a qualificação de técnicos para as agroindústrias. Na edição de n.73, de julho de 2007, o título da matéria principal era “Procura-se mão de obra especializada”. Na reportagem a entidade apresentava os dados positivos da geração de empregos na região e afirmava que a falta de mão de obra qualificada tratava-se de um sintoma nacional, “apesar do enorme contingente de desempregados, sobram vagas no mercado de trabalho por falta de qualificação do trabalhador” (ABAG/RP, 2007, p.2).

Para solucionar o problema, a entidade apresentava algumas iniciativas das empresas do setor sucroalcooleiro em parcerias com prefeituras e escolas técnicas. Entre elas, uma na cidade de Sertãozinho denominada “Escola de Fábrica” na qual

A parceria com a prefeitura local, a Secretaria do Trabalho, algumas indústrias e com apoio pedagógico do SENAI e da Escola Federal, serão montados cursos cuja parte prática acontecerá dentro das próprias indústrias, formando um profissional familiarizado com maquinário e, ao mesmo tempo, *evitando o investimento em equipamentos, que venham a ficar obsoletos ou subutilizados* (ABAG/RP, 2007, p.2, grifo nosso).

Outro exemplo interessante apresentado foi a formação de profissionais por uma determinada empresa para trabalhar na operação de colheitadeiras:

O operador de colhedora, por exemplo, é responsável por conduzir um equipamento que custa em média R\$ 800 mil e precisa estar bem preparado para desempenhar sua função. Da mesma maneira os funcionários que cuidam da manutenção das máquinas não são aqueles “mecânicos à moda antiga”, agora eles lidam com ajustes finos, de maior precisão, com circuitos integrados e controle computadorizado (ABAG/RP, 2007, p.3).

Esses exemplos nos são válidos para mostrar a importância da qualificação dos trabalhadores para o agronegócio, como meio de valorizar o capital, seja pela subtração mais eficiente da mais-valia, seja por atribuir maior competitividade às empresas ou para atribuir uma melhor e duradoura funcionalidade ao capital constante.

As exigências de formação para o agronegócio não se circunscrevem, portanto, a um determinado nível de ensino, mas atua de forma diferenciada, da educação básica à pós-graduação, de acordo com as especificidades da divisão técnica e social do trabalho. Dessa forma, a expansão dos cursos superiores de tecnologia em agronegócio é parte dessa estratégia de valorização do capital, que necessita de trabalhadores com formações desiguais e diferenciadas que se articulam nos processos produtivos.

MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EXPANSÃO DOS CURSOS TECNOLÓGICOS EM AGRONEGÓCIO

De acordo com o histórico da educação tecnológica no Brasil e apresentado pelo Conselho Nacional de Educação (2001), a origem dos cursos superiores de tecnologia remonta a década de 1960, apoiados nas necessidades do processo de industrialização e regulamentados pela primeira LDB (Lei n. 4.024/61).

Os primeiros cursos criados (engenharias de operação e cursos de formação de tecnólogos, ambos com três anos de duração) surgiram por iniciativa do sistema federal e do setor público e privado, especialmente no estado de São Paulo. Na década de 1970, em consequência dos reflexos do “milagre econômico”, os cursos tecnológicos apresentaram um vigoroso crescimento, sobretudo os direcionados para as atividades industriais.

Ainda segundo o Conselho Nacional de Educação (2001, p.8):

Em 1979, o MEC mudou sua política de estímulo à criação de cursos de formação de tecnólogos nas instituições públicas federais, cursos estes que deviam primar pela sintonia com o mercado e o desenvolvimento tecnológico. A partir dos anos [19]80, muitos desses cursos foram extintos no setor público e o crescimento de sua oferta passou a ser feita através de instituições privadas, nem sempre por vocação, mas para aumentar o número de cursos superiores oferecidos, visando futura transformação em universidade.

A principal ação educacional na década de 1990 foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB n. 9.394/96. Essa legislação que disciplinou a educação em todos os seus níveis definiu o ensino médio como a etapa final da educação básica, com duração de 3 anos, e definiu como uma de suas finalidades: “Art. 35 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996).

O discurso da flexibilidade e da aprendizagem contínua, característica do *espírito toyotista*, desponta desde o primeiro momento como uma das atribuições deste nível de ensino, que habilitaria os concluintes para o ensino superior, mas também para o exercício de profissões técnicas.

Dado ao caráter generalista da LDB 9.394/96, a educação profissional foi regulamentada no ano seguinte por meio do Decreto-Lei n. 2.208/97. Por esse Decreto a educação profissional passou a compreender os níveis: (I) *básico*: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia; (II) *técnico*: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou

egressos do ensino médio; (III) e o *tecnológico*: que corresponderia a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

O Decreto regulamentou o nível técnico com uma organização curricular específica e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Já no que tange aos cursos tecnológicos, Lobo Neto (2006 *apud* FRIGOTTO, 2007) explica que o governo utilizou-se do discurso da tecnologia e da “tecnologia” do discurso para organizar cursos de formação profissional paralela, estreita e que dissimulasse a natureza tecnicista da educação profissional, com isso, estabeleceu-se “um direcionamento que reduziu o tecnológico a um *upgrade* da formação técnico-profissional” (FRIGOTTO, 2007, p.1140).

Na verdade, com as mudanças da base técnica da produção e com os novos modelos de gestão do trabalho, os níveis técnico e tecnológico da educação profissional formariam, respectivamente, operários (com o título de técnicos) e técnicos (com o título de tecnólogos) para o trabalho complexo, enquanto no nível básico seriam formados os operários para o trabalho simples. Um processo resultante da necessidade de se elevar a base de escolaridade mínima de todos os trabalhadores (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005a, p.47-48).

Ramos (2007-2008, p.547-548), ao analisar as medidas expressas nesse mesmo Decreto, aponta que elas buscaram adequar a formação dos trabalhadores ao regime de acumulação flexível, garantindo:

política de capacitação de massa, com finalidades compensatórias ao desemprego, por isto sustentada no argumento da empregabilidade; barateamento dos cursos profissionalizantes; criação de caminhos alternativos às universidades e, finalmente, o não aniquilamento da necessária camada de técnicos adequados ao processo de reestruturação produtiva, já que os formandos dos cursos de tecnólogos teriam as seguintes características: competências gerais e abstratas desenvolvidas a partir de curso de nível superior e competências específicas adquiridas pela profissionalização. Esta combinação entre competências gerais e específicas seria a síntese da formação flexível.

De acordo com Nascimento (2009), esse Decreto-Lei foi complementado com outros instrumentos legais e outras ações,⁸ durante o governo FHC, que objetivaram “qualificar e requalificar os trabalhadores, num processo de transferência da responsabilidade para os próprios trabalhadores por estarem desempregados ou sujeitos a perderem o emprego”.

Dessa forma, a responsabilidade pela qualificação é transferida aos próprios trabalhadores, para que estes possam se colocar disponíveis ao mercado de trabalho. Em outras palavras, não basta apenas o “exército de reserva”, mas um “exército qualificado” para as eventuais vagas que possam surgir. Todavia, quando o sujeito não pode arcar com o ônus da sua formação, o Estado assume essa função diretamente em suas escolas ou em escolas privadas financiadas com recursos públicos.

O Decreto n. 2.406/97 foi revogado em 2004, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprindo os compromissos assumidos com a sociedade durante a campanha

⁸Nascimento (2009) destaca os programas de qualificação criados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

eleitoral, o substituiu pelo Decreto 5.154/2004, reestabelecendo a possibilidade de integração entre o nível médio e o nível técnico, principal crítica de setores da sociedade em relação ao texto anterior (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b).

Todavia, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005b) consideram que, mesmo com esse novo Decreto, a política curricular para a educação profissional continuou a ser:

marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequecionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de “empregáveis” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p.1095).

Kuenzer (2006, p.906), ao analisar as políticas de educação profissional a partir da década de 2000, também observa que as ações do Governo Fernando Henrique não foram superadas no Governo Lula, algumas delas inclusive tendo sido intensificadas. Além disso, indica entre os principais elementos que caracterizaram o cenário das políticas de educação profissional nos dois governos a “destruição progressiva das ofertas públicas e o fortalecimento crescente do setor privado, que cada vez recebe mais recursos para realizar funções que são do Estado”.

Para os cursos tecnológicos de nível superior, além da mudança na nomenclatura substituindo educação tecnológica por educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação, foi garantido também⁹ para os cursos de graduação que, “quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento” (BRASIL, 2004).

Em 2008, esse Decreto foi incorporado à LDB substituindo os arts. 37, 39, 41 e 42 na forma da Lei 11.741/2008, consolidando o discurso da articulação e da integração das ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Entretanto, conforme mostram os trabalhos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005b), Kuenzer (2006) e Ramos (2007-2008), as reformas educacionais na educação profissional serviram para flexibilizar e adaptar a formação dos trabalhadores às necessidades impostas pela reprodução do capital no contexto de acumulação flexível.

Para Kuenzer (2007, p.1168), essas condições adquirem materialidade nas práticas sociais, pois é necessário ao capital:

ter disponível para consumo, nas cadeias produtivas, força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas que, combinadas em células, equipes, ou mesmo linhas, atendendo a diferentes formas de contratação, subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativas e absolutas.

A utilização da linguagem neoliberal e os seus respectivos valores toyotistas mostram que os cursos tecnológicos objetivam uma formação aligeirada para atender às

⁹ No Decreto anterior essa possibilidade existia apenas para cursos de nível técnico.

demandas específicas de diferentes setores produtivos efetivamente ou potencialmente utilizadores de tecnologia, “além de aliviar a pressão sobre o nível superior, por se tornar uma alternativa, assumiriam a função de formar técnicos adequados ao novo patamar científico-tecnológico da produção” (RAMOS, 2007-2008, p.547).

A autora afirma ainda que, com as reformas na educação profissional implantadas desde a década de 1990,

se acirra uma concepção utilitarista de ciência e tecnologia, com todas as consequências decorrentes em termos da privatização do processo de produção e de apropriação do conhecimento científico-tecnológico; vincula-se a formação a demandas econômicas, em detrimento das necessidades dos trabalhadores e de um projeto de país soberano (RAMOS, 2007-2008, p.552).

Com efeito, desde a década de 2000, esses cursos apresentaram um crescimento constante. Em 2002 foram 69.797 matrículas nessa modalidade de ensino; destas, 25.871 em instituições públicas e 43.926 em instituições privadas. Em 2012, os cursos tecnológicos¹⁰ alcançaram a marca de 944.904 matrículas, sendo 140.935 em instituições públicas e 803.969 em instituições privadas (INEP, 2013).

Com esses valores os cursos tecnológicos que representavam 5% das matrículas dos cursos de graduação, em 1998 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001), passaram a representar 13,5% em 2012. Considerando o interstício entre 2002-2012, os cursos tecnológicos apresentaram crescimento de aproximadamente 1.250%. As vagas públicas cresceram aproximadamente 444%, enquanto as privadas cresceram 1.730%.

A expansão dos cursos tecnológicos corresponde, dessa forma, às necessidades do mercado por uma formação rápida, diversificada e flexível. Na mesma direção, a massiva propaganda do agronegócio como um mercado em expansão abre à iniciativa privada condições para criar e expandir cursos afinados aos interesses do mercado, representando uma das dimensões da “pedagogia corporativa” (SAVIANI, 2008), que oculta a natureza, cada vez mais excludente, do mercado de trabalho no campo e na cidade.

Na oferta de cursos superiores tecnológicos em agronegócio, há um domínio das instituições privadas, dos 121 cursos em atividade, 91 são de instituições particulares. Destes, 84 ocorrem na modalidade presencial e 7 na modalidade a distância. Os cursos tecnológicos a distância são ofertados por apenas 7 instituições privadas, mas que juntas estão autorizadas a disponibilizar mais de 3.500 vagas em polos espalhados por todos os estados brasileiros.

Outro aspecto importante a ser observado é o caráter ideológico atribuído ao curso. Em 2010, foram catalogados pelo MEC 112 graduações em 13 eixos tecnológicos. O curso de agronegócio, segundo o catálogo do MEC, está incluído no eixo de Recursos Naturais, para quem o tecnólogo em agronegócio é:

o profissional que viabiliza soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias

¹⁰ Na divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior 2012, o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante declarou que “O segmento que mais cresce em número de matrículas são os cursos tecnológicos”. Segundo ele, “isso tem muito a ver com o atual momento do Brasil, com o mercado de trabalho aquecido” (BRASIL, 2012).

produtivas do setor. Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas por este profissional. O profissional do agronegócio está atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e o uso racional dos recursos (BRASIL, 2010, p.106).

É curioso observar a inserção do agronegócio no eixo de Recursos Naturais, ainda que, na própria definição do perfil profissional do MEC, não se faça qualquer alusão a qualquer dimensão natural, deixando implícito que se trata de mais uma forma de expressar a ideologia do agronegócio associando-se a sustentabilidade ou a preservação ambiental. Pois, como advertia Althusser (2008, p.76), “a reprodução da força de trabalho é garantida nas formas e sob as formas de submetimento ideológico”.

A proposta para a formação do tecnólogo em agronegócio evidencia a submissão à ideologia dominante e à formação de um trabalhador que viabilize as condições para o crescimento do capital via agricultura, seja pela otimização dos recursos existentes ou pela busca de novos mercados, recursos ou condições gerais que garantam maior competitividade à empresa e favoreçam o crescimento dos negócios.

Com a integração cada vez mais intensa entre os negócios do campo e da cidade, exige-se desse profissional que ele disponha de um conhecimento suficientemente necessário sobre os diferentes setores da produção, tornando-o flexível para se doar a encontrar soluções para as barreiras criadas ao processo de expansão do capital ou para que possa ocupar distintas funções dentro da empresa, de modo que a extração da mais-valia seja maximizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada ao longo deste artigo, podemos afirmar que, no contexto de reestruturação produtiva e mecanização da produção, há uma massa de trabalhadores que se tornaram “descartáveis” para o capital, cujo agronegócio apresenta-se apenas como uma “promessa” de geração de emprego e renda.

Por outro lado, essa nova fase de reprodução do capitalismo no campo, também, tornou-se exigente de um conjunto de trabalhadores escolarizados para atuar em diferentes funções nas empresas do agronegócio, estejam elas no campo ou na cidade. Para esse segundo grupo de trabalhadores, os preceitos da formação toyotista, baseados no discurso da competência, flexibilidade e polivalência, estão igualmente presentes, ainda que agindo na qualificação desigual e diferenciada de trabalhadores que se articulam nos processos produtivos.

Nesse sentido, os cursos tecnológicos em agronegócio buscam preparar os trabalhadores para conhecer de tudo um pouco da cadeia produtiva do setor e, assim, realizar múltiplas tarefas de execução, de acordo com a necessidade das empresas. Nesse processo, o capital atribui ao próprio sujeito a responsabilidade por arcar com os custos do seu processo de formação, para estar disponível de acordo com as necessidades do mercado, caso elas sejam necessárias.

Porém, quando estes não podem custear sua qualificação, essa prerrogativa é transferida ao Estado, que passa a internalizar os custos da formação dos trabalhadores, seja diretamente em suas instituições ou repassando recursos para instituições privadas, garantindo assim a reprodução da qualificação da força de trabalho adequada à atual fase de desenvolvimento do capitalismo no campo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2.ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. 288p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO (ABAG/RP). **Informativo AgroNegócio**: Poluir a água vai custar caro. Ribeirão Preto: ABAG/RP, n.11, out. 2001.
- _____. **Informativo AgroNegócio**: Há vagas na cidade e no campo. Ribeirão Preto: ABAG/RP, n.13, jan. 2002.
- _____. **Informativo AgroNegócio**: Gente que faz. Ribeirão Preto: ABAG/RP, n.51, jan. 2005.
- _____. **Informativo AgroNegócio**: A força do interior. Ribeirão Preto: ABAG/RP, n.73, jul. 2007.
- BATALHA, Mário Otávio. **Recursos humanos para o Agronegócio Brasileiro**. Brasília: CNPq, 2000.
- BATALHA, Mário Otávio *et al.* **Recursos humanos e agronegócio**: a evolução do perfil profissional. Jaboticabal: Novos Talentos, 2005.
- BORRÁS, Miguel Angel Aires; CORRÊA, Mônica Bergamaschi P.; BATALHA, Mário Otávio. Recursos humanos para o *agribusiness* brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 18., 1998, Niterói. **Anais...** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART057.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- BRASIL. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- _____. **Decreto n. 5.154**, de 23 de junho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- _____. **Lei n. 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- _____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. 8p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, 2010. 73p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?ltemid=86&id=12352&option=com_content&>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano agrícola e agropecuário 2013/2014**. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/PAP%202013%202014/FINAL_Apresentacao%20Baixa%20.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

CASSIN, Marcos. **Louis Althusser e o papel político/ideológico da escola**. 2002. 154f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer: CNE/CES n. 436**, de 2 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.100 p.1129-1152, out. 2007. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____ (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005a. p.21-56.

_____. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.26, n.92, p.1087-1113, out. 2005b. Edição especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2012**. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculadas-no-ano-passado>. Acesso em: 23 jan. 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, p.877-910, out. 2006. Edição especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1153-1178, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

_____. Reforma da educação profissional ou ajuste do regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.491-508, nov.2007/fev.2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r183.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **História, Trabalho e Educação**: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. 2009. 243f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.545-558, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r187.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 39.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

Data da submissão: 14/04/2015

Data da aprovação: 11/07/2015